



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9845 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT12 - Currículo

AS AGÊNCIAS REGULADORAS E A POLÍTICA CURRICULAR: UMA ANÁLISE DA BNCC A PARTIR DO CICLO DE POLÍTICAS DE STEPHEN BALL.

Eliane Fernandes Gadelha Alves - UNIVERSIDADE FEDERLA DA PARAÍBA

Ana Claudia da Silva Rodrigues - UFPB - Universidade Federal da Paraíba

AS AGÊNCIAS REGULADORAS E A POLÍTICA CURRICULAR: UMA ANÁLISE DA BNCC A PARTIR DO CICLO DE POLÍTICAS DE STEPHEN BALL.

Resumo

A Base Nacional Comum Curricular, tem sido desde sua homologação em 2017 resultado de muitos debates acadêmicos considerando as disputas entre os diversos atores sociais envolvidos em sua produção como identificamos em Albino; Rodrigues (2021); Macedo (2016); Freitas (2015); Oliveira (2003). No intento de compreender o tema em foco, guiamos-nos pela seguinte questão-problema: como as agências reguladoras das políticas educacionais se alinham para influenciar a produção e implementação da BNCC? E como se dá sua implementação? Para compreender esta problemática, estabelecemos como objetivo geral analisar a atuação da BNCC, anos iniciais do ensino fundamental, em instituições públicas do sistema municipal de Campina Grande/PB, desvelando as diversas redes de influências engendradas em torno desta política curricular, relacionando-a ao ciclo de política de Stephen Ball e colaboradores (1994). Os referenciais teórico-metodológicos da pesquisa qualitativa constam de análise documental (MINAYO, 2008; MOREIRA; CALEFFE, 2008; CHIZOTTI, 2014) e técnica de análise de conteúdo (FRANCO, 2012; BARDIN, 2016). Os dados iniciais demonstram que a política curricular da BNCC vincula-se ao projeto neoliberal e neoconservador enfatizando a pedagogia das competências, competitividade, eficiência, performatividade, mediante a padronização dos conhecimentos e sujeitos, adequados às exigências mercadológicas a serviço do capital.

Palavras-chave: BNCC - Ciclo de política – Competências

Problemática

Tendo em vista que a BNCC se constitui de um documento curricular de caráter normativo e o fato de nortear a elaboração dos currículos das escolas em todo o Brasil, faz-se necessário compreendê-la como importante ferramenta na produção de visões de mundo e de sociedade. Nesse sentido, concordamos com Silva (2003, p. 10) ao afirmar, que

o currículo é o espaço onde se concentram e se desdobram as lutas em torno dos diferentes significados sobre o social e sobre o político. É por meio do currículo, concebido como elemento discursivo da política educacional, que os distintos grupos sociais, especialmente os dominantes, expressam sua visão de mundo, seu projeto social e suas verdades.

Dentro desse pressuposto, a presente pesquisa pretende estudar a BNCC, a partir da abordagem do ciclo de políticas de Stephen Ball e colaboradores (1994), entendendo que no delineamento desta política curricular um projeto de educação é desenhado para responder às necessidades de uma sociedade de mercado.

Objetivos

O nosso objetivo geral consiste em analisar a atuação da BNCC, anos iniciais do ensino fundamental, em instituições públicas do sistema municipal de Campina Grande/PB, desvelando as diversas redes de influências engendradas em torno desta política curricular, relacionando-a ao ciclo de política de Stephen Ball. Os objetivos específicos são: identificar, no contexto de produção do texto a continuidade e a contingência da política curricular; investigar as redes que influenciam na implantação da BNCC; conhecer a atuação dos professores a partir da instituição da política curricular estabelecida através da BNCC, anos iniciais do ensino fundamental.

Fundamentação teórica

Considerando que nossas escolhas, concepções e referenciais orientam nossa prática educativa, defendemos a necessidade de refletirmos sobre os documentos e diretrizes que são formulados com o objetivo de serem aplicados na escola. A quem interessam? Quais vozes são ouvidas e quais serão silenciadas nas práticas que induzem? Que vozes podem se fazer ouvir apesar e por meio deles? Neste sentido, consideramos a hipótese de que a BNCC, pelas disputas teóricas e conceituais presentes em sua construção, pode contribuir tanto para o engessamento do currículo, silenciamento dos sujeitos diversos, vistos em suas diferenças, como para um movimento de resistência pela resignificação curricular dos próprios sujeitos, na materialização do currículo em ação.

Dentro desta perspectiva, encontramos estudiosos de políticas curriculares Albino; Rodrigues (2021); Macedo (2016); Saviani (2016); Freitas (2015); Oliveira (2003) e entidades educacionais a saber, Associação Nacional de Pós-graduação em Educação- Anped, Associação Brasileira de Currículo -ABdC, Associação Nacional de Política e Administração

da Educação - Anpae que discutem a BNCC de uma forma problematizadora, indicando impactos na educação, especificamente, na construção e/ou reelaboração dos currículos nas escolas, nas políticas de avaliação, de formação docente e nas práticas educativas, aspectos que refletem, diretamente, na autonomia docente e na formação de um tipo de sociedade, de escola e de alunos voltados aos interesses de um mundo globalizado e competitivo, com finalidades mercadológicas.

Concordamos com Albino e Rodrigues (2021, p. 2) de que neste contexto de reformas neoliberais,

o currículo toma a feição de uma espécie de janela do mundo, responsável por conduzir os interesses dos grupos que tentam, incansavelmente, estabelecer o que deve ou não ser aprendido e ensinado, utilizando-o como instrumento imprescindível aos inúmeros usos políticos. O discurso propagado e disseminado é que as instituições educacionais enfrentam uma grave crise e que se faz necessário uma intervenção/reformas para adequá-las às novas demandas que a sociedade exige.

Contudo, nessa discussão é importante ressaltar sobre a ação dos sujeitos que praticam o currículo no seu cotidiano, e nesse sentido, indagamos: até que ponto esse currículo será, de fato, implementado? Respondendo a esta indagação, Oliveira (2003, p. 1) destaca que

Nas nossas atividades cotidianas, os currículos que criamos misturam os elementos das propostas formais e organizadas com as possibilidades que temos de implantá-las. Essas possibilidades se relacionam com aquilo que sabemos e em que acreditamos ao mesmo tempo que são definidas na dinâmica de cada turma, dos saberes dos alunos, das circunstâncias de cada dia de trabalho.

Isso acontece porque a realidade da escola é constituída de redes de saberes e de práticas cotidianamente re(inventadas). No fazer das práticas cotidianas expressa-se atos de resistências, face as normativas e regulamentos formais padronizados que colocam em xeque uma diversidade de outros saberes não hegemônicos. Nesse sentido, é coerente o argumento de Certeau (1998, p. 38) de que “o cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada”. Nesse cotidiano, o currículo ganha vida, emerge uma outra epistemologia tecida pelas “trocas, conversas e negociações”, desse modo “defendemos que não há aferições que deem conta de medir o que é vivido, aprendido/ensinado e praticado nesses lugares em que habita o imprevisível”. (SÜSSEKIND, 2020, p. 181).

Metodologia

Iniciamos um levantamento de artigos publicados por importantes associações educacionais, como Anped, Anpae, ABdC e outras, em que o tratamento da BNCC é objeto de análise, nos períodos de 2015 a 2021. A escolha por este recorte temporal se dá pelo fato das discussões e publicações sobre a BNCC serem emblemáticas nesses períodos. Consultaremos textos e artigos de autores de políticas curriculares, a fim de conhecer o que já foi produzido sobre o tema. A metodologia a ser desenvolvida com vistas a atingir os objetivos do estudo envolve análise documental (MOREIRA; CALEFFE, 2008) do texto final da BNCC, anos iniciais do ensino fundamental, do município de Campina Grande, com vista a

verificar os seus principais influenciadores. Como referencial teórico-analítico optamos pela abordagem do Ciclo de Política de Stephen Ball por possibilitar uma reflexão e análise crítica “da trajetória de programas e políticas educacionais desde sua formulação inicial até a sua implementação no contexto da prática e seus efeitos” (MAINARDES, 2006, p.48). Consideramos, também, pertinente lançar mão da Análise de Conteúdo de Bardin (2016), como técnica de análise de dados que possibilita aprofundar a compreensão dos significados e dos sentidos latentes no texto da BNCC. Outros documentos oficiais serão consultados, a exemplo da Constituição Federal de 1988, LDB 9394/96, do PNE/2014 e das DCN/2013.

Conclusão

As políticas educacionais negociadas por grupos hegemônicos, em reuniões de cúpula, orientam os rumos educacionais nos países periféricos e em desenvolvimento, determinando leis, reformas e currículos. Desse modo há um forte apelo por estratégias políticas na produção de currículos nacionais com o propósito de determinar um conhecimento universalista e padronizado alinhado às demandas do mercado nesse mundo globalizado. O Banco Mundial enfatiza a pedagogia das competências, assumindo o controle no delineamento das ações voltadas às políticas educacionais.

A ideia de currículos nacionais propostos por agências governamentais, a exemplo do MEC e organismos internacionais, voltados à padronização curricular são frequentemente vistas nos projetos pedagógicos escolares, nas propostas curriculares e, atualmente, na BNCC, que atribui ênfase aos conhecimentos essenciais e tem as competências e habilidades como categorias fundantes. Em decorrência desses aspectos, Macedo (2015 p. 899) afirma que a Base apresenta uma “concepção de currículo com vistas apenas a projetar a performance do aluno”, argumento que corrobora com Ball (2001, p.110) de que “cada vez mais operamos num complexo leque de cifras, indicadores de desempenho, comparações e competições”.

A proposta de um currículo com foco nas competências marca um caráter ideológico de atendimento às exigências do mundo do trabalho e às aceleradas mudanças impostas pelo sistema capitalista. Essas exigências reverberam nas políticas curriculares, impondo um receituário de formação humana em conformidade com a lógica neoliberal e neoconservadora dominante, alinhado ao discurso internacional, presentes em documentos e ações de organismos multilaterais, como o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a Comissão para América Latina e Caribe (CEPAL).

Os estudos apontam que as políticas curriculares não configuram-se absolutas quando levamos em consideração os significados dados ao currículo pelos sujeitos que o praticam no cotidiano escolar.

Assim, nesse movimento em torno da implementação da BNCC, compreendemos que a ação dos sujeitos no cotidiano escolar, pode construir movimentos e alternativas diferentes a partir do que está posto no currículo oficial, ressignificando-o de acordo com a realidade da escola, dos estudantes, das particularidades locais.

Referências

ANPAE. Associação Nacional de Política e Administração da Educação. **Comentários iniciais para a discussão do Documento preliminar da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, 2015.

ANPED. **A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, 2015.

BALL, S.J. **Educational reform: a critical and post-structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994.

Ball, Stephen J. **Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação**. Currículo sem Fronteiras, v.1, n.2, pp.99-116, Jul/Dez 2001.

BARDIN. Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/site/base/>. Acesso em: 05 de janeiro de 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil. Acesso em: 19 de abril de 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 19 de abril de 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art2. Acesso em: 05 abr. 2020.

BRASIL. **Lei n 13.005, de 25 de junho de 2014**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 14 de novembro de 2020.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano - artes de fazer**. Petrópolis : Vozes, 1998.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 6. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FRANCO, Maria Laura Publisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. 4 ed: Brasília, Liber Livro, 2012.

FREITAS, L. C. de. **Avaliação Educacional**. Política Educacional e Base Nacional, 17 e 18/09/2015. Disponível em: <http://avaliacaoeducacional.com/>. Acesso em 14 de janeiro de 2021.

MACEDO, Elizabeth. **Base Nacional Comum para currículos: direitos de aprendizagem e desenvolvimento para quem?** **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, nº. 133, p. 891-908, out.-dez., 2015.

MAINARDES, Jefferson. **Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais**. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em : 05/01/2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 9-29.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Currículo: questões atuais**. 6. ed. Campinas, SP: Papirus, 2001.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da Pesquisa para o professor pesquisador**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Currículos praticados: regulação e emancipação no cotidiano escolar. In.: **Novo Governo. Novas Políticas?** 26ª Reuniao Anual da Anped, out/2003. Disponível em:

<http://26reuniao.anped.org.br/trabalhos/inesbarbosadeoliveira.pdf>

RODRIGUES, A. C. S.; ALVES ALBINO, A. C. **Políticas curriculares em tempos negacionistas: atuações, enfrentamentos e desafios**. **Revista Espaço do Currículo**, v. 14, n. 1, p. 1-8, 18 abr. 2021. ISSN2177-2886. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1983->

SACRISTÁN, José Gimeno et. al. **Educar por competências: o que há de novo?** Porto Alegre: Artmed, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SILVA, Tomás Tadeu da. **O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular**. 2 reimp. Belo Horizonte: autêntica, 2003.

SÜSSEKIND, Maria Luiza; MASKE, Jeferson. Pendurando roupas nos varais”:

Base Nacional Comum Curricular, trabalho docente e qualidade. In.: SANTOS, André Vitor Fernandes dos; FERREIRA, Márcia Serra (org.). **Base Nacional Comum Curricular, qualidade da educação e autonomia docente**. Em Aberto, Brasília, v. 33, n. 107, p. 173-187, jan./abr. 2020

UNESCO. **Educação para a cidadania global: preparando alunos para os desafios do século XXI**. – Brasília: UNESCO, 2015.